



Corpo-território: para pensarmos conexões entre mulheres, agroecologia e saúde

Body-territory: to think about connections between bodies, territories, women and agroecology

CORADIN, Cristiane¹

¹ Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP,
cristianemottimcoradin@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Saúde e agroecologia

Resumo: Aproximações entre o campo da agroecologia, mulheres rurais e saúde são recentes no Brasil. O presente texto é um ensaio teórico, produzido por meio de revisão de literatura, onde busco tecer relações entre o conceito de corpo-território, emergente do feminismo comunitário, com estudos de mulheres rurais, saúde coletiva e agroecologia. O corpo-território das mulheres agroecologistas se constitui por meio da diversidade produtiva agroalimentar, pela visibilidade e valorização do seu trabalho produtivo; é permeado por relações de cuidado, e abrange os coletivos comunitários, redes e movimentos sociais. A saúde nessa perspectiva, mobiliza humanos e não humanos, se dá por meio de práticas de cuidado, e é aportada pela organização feminista das mulheres; essas ações mobilizam agência e subjetividade ativa feminina, que possibilita a desconstrução conjugada da colonialidade de gênero e da natureza. Essa agência feminista aponta para uma perspectiva ética democrática de cuidado com as múltiplas formas de vida da Terra.

Palavras-chave: feminismos; agroecologia; mulheres rurais.

Introdução

A partir dos anos 2000, ampliam-se pesquisas com a temática gênero, mulheres e agroecologia. Já a aproximação da agroecologia com a saúde coletiva é mais recente. Se dá com maior ênfase a partir de 2019 e, sobretudo a partir de 2020, quando fomos globalmente acometidos pela pandemia de COVID-19. Em meio a um cenário de sindemia global, que conjuga mudanças climáticas, obesidade, desnutrição e fome, fortalecem esforços coletivos na problematização, criação e manutenção de experiências capazes de mobilizar transformações de racionalidades e práticas em sistemas agroalimentares. Estudos recentes evidenciam como sistemas agroalimentares globais são responsáveis pela poluição ambiental, aumento da emissão de gases do efeito estufa, desmatamento, geração de conflitos socioambientais e violência no campo, nas florestas e nas águas; bem como pelo aumento da obesidade, do consumo de ultraprocessados e subnutrição.

As mulheres, dada sua relação cultural e histórica com a nutrição e o cuidado, são as mais vulnerabilizadas e, ao mesmo tempo, as que mais têm se sensibilizado acerca dessa problemática. Destacam-se no protagonismo de ações



que envolvem a construção de novas práticas, racionalidades e subjetividades agroalimentares, baseadas na agroecologia e no consumo de alimentos mais saudáveis e ecológicos (SILIPRANDI, 2015).

Estudos que tecem a conexão entre agroecologia, saúde e gênero ainda são recentes e incipientes em nosso país (BURIGO e PORTO, 2019). Dessa forma, o presente estudo se estrutura como um ensaio teórico, por meio do qual estimo reflexões para que possamos melhor compreender as conexões que envolvem as mulheres, a agroecologia e a promoção da saúde, por meio do conceito de corpo-território. Para isso, realizei pesquisa de literatura sobre o tema, tratando de correlacionar estudos feministas comunitários, estudos de mulheres agroecologistas rurais e estudos da saúde coletiva, para que, somado a minha vivência corporal, como mulher rural, agroecologista e agente da saúde coletiva, possamos refletir sobre essa temática. O presente texto é composto por essa seção introdutória, seguido de um item de posicionamento do marco referencial teórico, um segundo item com as reflexões acerca de experiências agroecológicas sistematizadas pela literatura, encerrando com as considerações finais.

Corpo-território: feminismos comunitários e ecofeminismos

A noção de corpo-território emerge de mobilizações sociais de mulheres indígenas camponesas latino-americanas. Está ligada aos meios, modos de vida e subjetividades das mulheres que vivem nas florestas. O habitat constitui o organismo físico, psico-emocional, mental e espiritual delas, bem como as florestas constituem e mantêm seus corpos. Compreender essa interrelação nos auxilia a compreender as motivações e as representações simbólicas que mulheres das florestas, das águas e dos campos acionam para reivindicar a defesa de seus corpos e territórios.

Essa elaboração teórico-empírica dialoga com o pensamento ecofeminista, na medida em que em ambos os casos, identificamos uma indissociabilidade entre os corpos das mulheres e seus territórios de vida. No âmbito do ecofeminismo, Karen Warren (1996) esclarece que existe um marco conceitual opressivo comum entre a dominação da mulher e a dominação da natureza, baseado em um conjunto de valores, crenças, práticas, socialmente construídos, com base em binários hierarquizantes, e que atuam em sobreposição entre si, compondo uma lente através da qual é possível vermos o mundo e legitimamos relações de dominação das mulheres e da natureza. Esse marco conceitual se torna opressivo quando “[...] explica, justifica e mantém a subordinação das mulheres [e da natureza] aos homens” (WARREN, 1996, p. 15).

O pensamento das autoras ecofeministas está fundamentado na ideia do dimorfismo sexual, que justifica e naturaliza a existência de hierarquias de poder, valoração e papéis sociais para homens e mulheres a partir do sexo. Essa biologização levou à naturalização de papéis sociais ditos de mulheres, tais como cuidado e nutrição, entendidos como atividades e papéis inferiorizados e invisibilizados, circunscritos à reprodução social da família. Enquanto que para os homens, relegou-se o domínio da razão, da ciência, do público, papéis considerados superiores (WARREN, 1996; PULEO, 2013; SHIVA e MIES, 1993). Em ambos os casos, a natureza é vista como feminina, está vinculada a representações sociais



femininas, e por isso torna-se igualmente dominável, apropriável e explorável.

Cabnal (2010;2015) e Cruz et al. (2017), em conjunto com outras autoras indígenas feministas comunitárias apoiam-se no pensamento ecofeminista, e sustentam a argumentação de que existe uma correlação retroativa entre dominação dos corpos das mulheres e a Terra. Para entender essa relação, desenvolvem o conceito de corpo-território das mulheres e da Terra. O corpo-território da Terra é entendido como a diversidade dos elementos biofísicos e cosmogônicos que se engendram esses espaços. Os corpos-territórios das mulheres são entendidos como a condição biológica, psicossocial, emocional e cosmogônica que constitui as mulheres. “Através dos sentidos nos conectamos com os territórios: ouvimos o que o rio nos diz, conversamos com as fazendas, os campos de milho e rimos com os pássaros; isto é, são os sentidos que nos conectam aos territórios” (CRUZ et al. p. 07, 20).

Porque vivem em relação de eco-dependência com o corpo-território da Terra, à medida que seus territórios de vida são impactados pela ação de empreendimentos capitalistas moderno-coloniais, é nos corpos das mulheres que se somatizam as violências de sexo-gênero e as violências contra a Terra: “[...] pensamos no corpo como nosso primeiro território e reconhecemos o território em nossos corpos: quando os lugares em que habitamos são afetados, nossos corpos são afetados, quando nossos corpos são afetados, os lugares em que habitamos são violados”. (CRUZ et al. p. 07, 2017).

Lorena Cabnal (2010; 2015) explica como as mulheres camponesas indígenas guatemaltecas constroem resistências coletivas, baseadas em práticas ecofeministas cosmogônicas, que promovem a sanação dos seus corpos-territórios e da Terra. A restituição da saúde das mulheres, entendida enquanto resiliência e capacidade de andar a vida (CANGUILHEM, 2009), é apoiada por essas práticas sanadoras, e se baseia no autocuidado de si mesmas, das demais mulheres, de seus coletivos comunitários, e no cuidado com a Terra, junto com as florestas, águas e campos. Através dessas práticas, elas fortalecem a resiliência pessoal e coletiva, se fortalecem como subjetividades ativas, fortalecem sua saúde e de seus ambientes, e potencializam resistências coletivas. Constroem assim passos para a descolonização de si mesmas e da Terra.

Mediante tais contribuições, avançamos para compreender possíveis conexões e aproximações entre feminismos comunitários e o conceito de corpo-território, para analisarmos experiências agroecológicas de mulheres rurais e sua relação com a saúde.

Corpo-território: mulheres rurais agroecologistas

No âmbito da relação entre mulheres rurais e agroecologia, sustento o diálogo com o pensamento ecofeminista, e considero a existência de um marco opressor comum que retroalimenta a colonialidade de gênero e da natureza. A colonialidade de gênero, à luz dos estudos de Lugones (2008) é compreendida como a dominação material e simbólica das mulheres pelo patriarcado, branco e eurocentrado, que nos inferioriza, desqualifica e violenta, com o fito nos dominar como gênero e raça.



A colonialidade da natureza é a dominação cosmogônica dos povos africanos e ameríndios, por uma racionalidade ocidental objetivista, que separa humanos de não-humanos(WALSH, 2009). Para o caso brasileiro, considero que essa colonialidade na natureza se vincula aos sistemas agroalimentares hegemônicos (PLOEG,2008), baseados em monocultivos de larga escala, com uso intensivo de agrotóxicos, além de basear-se em relações de trabalho e de uso dos bens naturais degradantes.

A Agroecologia constitui-se com resistência a esse modelo de agricultura e desenvolvimento rural hegemônico. Ela procura desconstruir a dicotomização e a separação hierárquica entre humanos e não-humanos, estabelecendo uma racionalidade socioambiental(BRANDENBURG, 2010).

Através da agencia das mulheres, a agroecologia nasce a partir dos quintais produtivos. Trás consigo uma diversidade de formas de cultivo, plantas e animais, voltada para o abastecimento alimentar. Por uma relação cultural e historica com o cuidado, o corpo-território das mulheres agroecológicas se constitui na relação com essa diversidade produtiva, se realizada no espaço dos quintais produtivos, e se associa ao cultivo de alimentos, nutrição familiar e complementarmente à comercialização.

É essa relação intrínseca com as plantas, animais, solos, águas e florestas que nos constitui como ser social e subjetividade. Constitui nossa condição biológica, psicossocial e cosmogônica, enquanto ser, saber e poder feminino (CORADIN, 2020). Essa construção é baseada em relações de cuidado mútuo. O cuidado aqui é entendido como senso de preocupação e empatia com o outro e implica em receber cuidado(TRONTO, 2007). Ao mesmo tempo em que nós, mulheres, cuidamos da Terra, por meio do cultivo agroecológico, somos por ela cuidadas. A racionalidade ecofeminista que emerge por meio dessa práxis social baseia-se na desdicotomização da relação entre humanos e não humanos, se dá pela nossa valorização enquanto mulheres, pela valorização no nosso trabalho produtivo e pela nossa capacidade de conservar a Terra. Essas relações são aportadas pela organização feminista das mulheres rurais (SILIPRANDI, 2015; JALIL, ESMERALDO e OLIVEIRA, 2017; CORADIN, SCHWENDLER e GUEVARA, 2022), enfrentam e transformam invisibilidades, desigualdades e violências de sexo-gênero, étnico-raciais e contra Terra, e abrem fraturas na colonialidade de gênero e da natureza.

Além disso, a construção dos nossos corpos-territórios acontece como processo e relação social, que se dá com nós mesmas, com o/a outro/a no núcleo familiar e, para além dele, no ambito dos coletivos comunitários, movimentos e redes de movimentos sociais, por meio dos circuitos curtos que construímos e apoiamos, bem como com a sociedade como um todo (CORADIN, 2020). É esse corpo-território que constrói a transformação e a emancipação social. O engajamento social se dá na medida em que entendemos que esse processo não acontece apenas individualmente, mas também socialmente, abrangendo desde transformações no âmbito do núcleo familiar, as relações comunitárias, territoriais, movimentos e redes sociais, bem como o conjunto da sociedade.

A construção da nossa saúde e da Terra, nessa perspectiva, se dá pelo desenvolvimento de agência e subjetividade ativa feminina, que nos torna capazes



de gerar rupturas com as categorias constitutivas da colonialidade de gênero e da natureza dentro e a partir dos nossos territórios de vida. Ou seja, na medida em que conseguimos acessar a Terra e seus bens naturais, que conseguimos cultivar animais e plantas tanto para consumo familiar, quanto para geração de renda e autonomia, que conseguimos romper com sobrecargas de trabalhos, com desigualdades na divisão sexual do trabalho doméstico; e que nos realizamos por meio do nosso trabalho produtivo agroecológico, somos valorizadas, visibilizadas, apoiadas e respeitadas, tanto pelos filhos, cônjuges, coletivos comunitários e sociedade como um todo, nos descolonizamos e damos passos rumo a nossa emancipação social. Esse processo se dá junto com a restituição da saúde e resiliência dos agroecossistemas, por meio das práticas agroecológicas, se dá, portanto, por meio do cuidado mútuo com a Terra.

A construção da nossa saúde, como mulheres rurais agroecologistas, nossas famílias, coletivos comunitários e da Terra, se aproxima, portanto, da forma como as feministas indígenas comunitárias agenciam a sanação dos seus corpos-territórios e do corpo-território da Terra, na medida em que em ambos os casos identifica-se que as mulheres acionam corpos, terra, territórios, bens naturais, meios e modos de vida, subjetividades, cosmogonias, coletivos comunitários e reivindicações sociopolíticas democráticas ampliadas, vinculadas em uma ética democrática de cuidado com a vida, como processo descolonizador e de promoção da sua saúde e de seus ambientes.

Por isso, em estudos sobre o conceito de corpo-território, e em especial, com experiências de mulheres agroecologistas e sua relação com a saúde, considero relevante analisarmos a complexidade que envolve as relações que permeiam a diversidade produtiva e nutrição familiar, o trabalho produtivo, os engajamentos comunitários e sociopolíticos, e as transformações coetâneas de relações de sexo-gênero e com as naturezas não humanas da Terra que essas experiências mobilizam.

Conclusões

A construção do nosso corpo-território, como mulheres agroecologistas rurais, se dá por meio da relação de trabalho que estabelecemos com a diversidade produtiva, voltada para a nutrição familiar e sociedade. Constitui-se por meio de relações de cuidado mútuo entre nós e a Terra. Além disso, esse corpo-território se constitui por meio das relações sociais que envolvem o núcleo familiar, os coletivos comunitários, movimentos, redes sociais, circuitos curtos e sociedade como um todo.

Apoiadas pela organização feminista, enfrentamos desigualdades e violências de sexo-gênero, étnico-raciais e contra a Terra; nos valorizamos na relação com o trabalho produtivo que exercemos; construímos autonomia; participamos de coletivos comunitários, movimentos e redes sociais; nos tornamos mais visibilizadas, valorizadas e respeitadas socialmente. Junto com isso, por meio das práticas agroecológicas que realizamos nos agroecossistemas nos nossos territórios de vida, recuperamos a resiliência e a saúde da Terra. Recuperamos e fortalecemos assim a nossa saúde, a saúde dos territórios que vivemos, bem como apoiamos a promoção da saúde da sociedade como um todo. Através dessa praxis,



cindimos a colonialidade de gênero e da natureza e apontamos para a construção de uma ética democrática de cuidado com as múltiplas formas de vida da Terra.

Referências bibliográficas

BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. *Ambiente e Sociedade*, Campinas v. XIII, n. 2, p. 417- 428, jul./dez. 2010

BURIGO, A.C. PORTO, M.F.S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a Agroecologia. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro. v.43, N. 8, p.248-262, Dez 2019.

CABNAL, L. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**, ACSUR, 2010, p. 11-25.

CABNAL, L. Corps-territoire et territoire-terre: le féminisme communautaire au Guatemala. Entretien avec Lorena Cabnal. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiersdu-genre-2015-2-page-73.htm>. Acesso em: 20 set. 2019.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. RJ *Forense Universitária* 2009.

CORADIN, C. Entre buvas e flores vermelhas: autoria das mulheres Sem Terra na ecologização da reforma agrária. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná. 2020.

CORADIN,C.; GUEVARA, M.A; SCHWENDLER, S.F.;. Agência das mulheres camponesas na construção das Jornadas de Agroecologia do Paraná. In: BRANDENBURG, A. (org). **Agroecologia e reforma agrária popular: um projeto ecológico das jornadas de agroecologia**. Expressão Popular, 2022.

CRUZ, D.T.; VÁZQUEZ, E.; RUALES, G.; BAYÓN, M.; GARCÍA-TORRES, M.. **Mapeando el cuerpo territorio: guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios**. Autoría Colectiva: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. Quito, Ecuador, 2017

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9: 73- 101, jul.-dic. 2008.

JALIL, L.M.; ESMERALDO, G.G. S.L.; OLIVEIRA, M.S.L. **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste**. Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. Recife.

MXM Gráfica e editora. 2017.

MIES, M; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. São Paulo: Epistemologia e Sociedade, 1993

PLOEG, J. D.V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PULEO, A. **Ecofeminismo para otro mundo possible**. Kobo Editions. Espanha. 2013.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2015.

TRONTO, J.C. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e**



Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M(org.) **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. 2009.

WARREN, Karen. J. **Filosofias ecofeministas**. Icaria Editorial. 1996